

AL NOTÍCIAS

Distribuição gratuita



Impresso Especial
68000007/2002 - DR/SC
ALESC
CORREIOS

Regiões elegem prioridades

Carlos kilian



O Vale do Itajaí colocou no topo da lista de reivindicações a implantação de rede coletora, tratamento e destino final de esgoto sanitário

A Assembléia Legislativa encerrou no dia 9, o ciclo de audiências do Orçamento Regionalizado, em que representantes da sociedade civil organizada, autoridades municipais e estaduais definiram as prioridades em obras,

ações e serviços para inclusão no orçamento estadual do próximo ano. Foram eleitas 84 prioridades em 10 audiências públicas abrangendo os 293 municípios catarinenses.

Páginas 6 a 11
Solon Soares



Na região de Joaçaba, as três prioridades são na área da saúde, incluindo um Hospital Regional

Direitos dos portadores de necessidades especiais

Ações para garantir o cumprimento das leis que asseguram direitos básicos aos portadores de necessidades especiais, foram a tônica do debate promovido pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Mulher e à Família, no dia 12.

No mesmo dia, representantes da área da saúde discutiram, em audiência pública promovida pela Comissão de Saúde, proposta que tramita no Congresso Nacional e normatiza o funcionamento das farmácias.



Mirian Zomer

Página 5

OPINIÃO

A devastação continua, incentivada

A Semana do Meio Ambiente, comemorada de 5 a 10 deste mês, foi precedida por uma relevante informação da organização SOS Mata Atlântica, segundo a qual o desmatamento naquele bioma caiu 71% nos últimos cinco anos. A análise sobre a situação da mata, revela que de 2000 a 2005 ocorreu o corte de 941 km² de mata nativa, contra 3.250 km² registrados nos cinco anos anteriores. Aparentemente esta seria uma boa notícia, se não fosse o fato de a mata atlântica hoje cobrir apenas 1% do território nacional, um percentual muito aquém dos 15% de cobertura florestal que representou no país.

Para nós catarinenses preocupados com a preservação do meio ambiente, com o futuro de nossos filhos, a notícia é ainda menos auspiciosa, pois nosso Estado continua sendo um dos vilões neste processo. Em Santa Catarina e Goiás, ao contrário do que ocorreu em outros cinco estados, a derrubada não perdeu

ritmo. Uma constatação que não causa surpresa diante da postura do governador LHS com relação ao meio ambiente. Quando um governador recorre à justiça contra a criação de parques e estação ecológica e de lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, o que esperar, senão a continuidade das derrubadas. Em sua investida contra a criação dos parques nacionais das Araucárias e da Serra do Itajaí e da Estação Ecológica da Mata Preta, LHS alega que as desapropriações necessárias causarão desequilíbrio ecológico e provocarão sérias conseqüências à comunidade, à paz social e à economia do Estado. O governador, agora em licença, entende que o direito à propriedade deve se sobrepor àquele que preconiza uma vida saudável para todos. Não por coincidência a segunda área do estado com maior desmatamento no período 1990/95, segundo informação constante no site da

organização Planeta Verde, foi a região de Joinville, onde 8.522 ha de restinga foram devastados, por conta da especulação imobiliária com a conivência dos poderes públicos.

Assim como ele, empresários e suas entidades de classe reclamam de quaisquer medidas que visem a preservação da mata atlântica, pouco se importando com a importância deste patrimônio. A estes, seduzidos pelo sistema capitalista, é indiferente que o bioma mata atlântica seja formado por mais de 10 mil espécies de plantas, abrigue estimadas 261 espécies de mamíferos, 620 de pássaros, 260 de anfíbios. Preservá-lo é não apenas manter a vida de espécies ameaçadas de extinção, mas garantir a conservação de mananciais de água e a vida de milhões de brasileiros que vivem sob o abrigo e dependem da mata atlântica.

Deputado Afrânio Bopp
(P-SOL)

Ensino superior gratuito para todos

O acesso ao ensino superior público e gratuito tem sido uma das prioridades do Governo Lula e de todos que, como os petistas, entendem ser a educação indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, num país em que menos de 10% dos jovens chegam ao terceiro grau. No recorte catarinense, temos nos espelhado nessa premissa com foco especial na região do Vale do Itajaí. Por isso consideramos uma grande vitória a confirmação da inclusão de Blumenau no Programa de Interiorização da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com oferta de cursos já a partir do próximo mês de agosto.

Blumenau é um dos pólos catarinenses com maior arrecadação de impostos e no entanto,

somente nos últimos 10 anos é que surgiram outras faculdades no município. Agora, com a UFSC, finalmente a população local terá a chance histórica de contar com uma opção de qualidade aliada à gratuidade para a formação de nossa gente. Nos orgulhamos em ter contribuído para a conquista desse presente, que contempla com justiça o Vale nesse projeto, que já beneficia de forma bem sucedida as demais regiões do Estado.

Há ainda o grande desafio da federalização da Universidade Regional de Blumenau, a nossa FURB. Estamos engajados nessa campanha, que tem ainda muitas etapas a serem vencidas. Já conseguimos a mobilização de lideranças políticas e da sociedade organizada em defesa da transfor-

mação da instituição, que é de caráter público, mas com cobrança de custos dos estudantes.

Nisso tudo, o importante é que o ensino superior nunca recebeu tantos investimentos no Brasil como agora. Em nenhum governo do passado houve preocupação com a democratização do acesso através da descentralização estrutural e também nunca houve um programa como o Prouni, que atualmente já oferece 200 mil bolsas de estudos para estudantes carentes nas escolas superiores particulares de todo país. Estamos no caminho certo e nosso mandato tem o compromisso de continuar na defesa dessa bandeira.

Deputada Ana Paula Lima
(PT)

Exposição traz universo da pintura abstrata

“Vozes do Silêncio” é a exposição que o artista plástico Amauri Carboni Bitencourt abriu na noite do dia 7, no espaço Galeria de Arte Meyer Filho, da Assembléia Legislativa.

Estão expostos 24 quadros produzidos em diversas técnicas, especialmente óleo sobre tela, a favorita de Amauri para executar suas obras, de preferência abstratas. Uma das obras, denominada Ponte Hercílio Luz, faz parte do catálogo Graphic-Art, de Barcelona, na Espanha.

Amauri nasceu em Lauro Müller, em 15 de fevereiro de 1969, e formou-se em desenho industrial. Cursa atualmente, a faculdade de Filosofia, na UFSC. Nas artes plásticas, é autodidata e professor de pintura em óleo sobre tela. Tem aproximadamente 600

obras, muitas em acervos particulares no Uruguai, França, Espanha, Inglaterra, Itália, Japão e no Brasil.

O artista participou de exposições individuais e coletivas em Florianópolis e São Paulo e ainda dos catálogos Arte & Artistas, Artistas do Vernissage, volumes 2, 3 e 4, e da revista Consulte – Arte e Decoração. Todos os quadros da exposição estão à venda. Amauri diz que “Vozes do Silêncio” não é apenas um título para uma exposição, mas um convite a todos os espectadores para que mergulhem no universo da pintura figurativa e abstrata, para que interajam com as obras, tornando-se, a partir de certo olhar, co-criadores”.

Conheça mais sobre o trabalho do artista no site www.artesamauri.com

[AGENDA]

- **Dia 19, 8h30min:** Discussão da proposta de recategorização da área do entorno do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro
Local: Plenário
- **Dia 19, 14h:** Seminário sobre Poder Legislativo Municipal
Local: Auditório Fiesc
- **Dia 19, 19h:** Sessão solene para comemorar o Dia Nacional da Imigração Japonesa no Brasil
Local: Plenário e Hall
- **Dia 20, 19h:** Homenagem à Unidavi (Universidade do Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí) pela passagem do seu 40º aniversário
Local: Plenário, Galeria de Arte Meyer Filho e Hall
- **Dia 21, 18h30min:** Homenagem aos 45 anos de atuação do BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul)
Local: Plenário e Hall
- **Dia 22, 19h30min:** Lançamento do livro “Jaraguá do Sul – 130 anos – Manuscritos avulsos”
Local: Jaraguá do Sul

Mesa



Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense / Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins, Edna Schumacker e Janine Koneski de Abreu

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortega Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer, Simone Marçal Alves e Soraia Marçal Boabaid

Estagiários Programa Antonieta de Barros: Roberta dos Santos Martins e Viviane Olga da Fonseca

INSTITUCIONAL

TCE entrega parecer das contas estaduais

Análise do Tribunal indica aprovação, mas aponta descumprimento na aplicação do percentual referente à saúde em 2005

Carlos Kilian

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), recebeu no dia 8, o relatório técnico e o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado (TCE) sobre o balanço orçamentário do do Estado referente a 2005.

O parecer recomenda a aprovação das contas relativas ao terceiro ano da gestão do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), com cinco ressalvas e 11 recomendações ao Executivo.

O presidente do TCE, Gilson dos Santos, destacou uma das ressalvas, referente à aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde. Segundo análise do Tribunal, foram aplicados 10,15% do produto da arrecadação dos impostos estaduais e das transferências da União relativas a tributos, bem abaixo dos 12% determinados pela emenda Constitucional nº 29, de 2000.

A Mesa da Casa mandará

publicar, no Diário Oficial da Assembléia, o parecer do Tribunal de Contas. Após a publicação, o processo será encaminhado à Comissão de Finanças e Tributação. O relator da matéria na Comissão terá o prazo de 30 dias para apresentar parecer prévio, concluindo com projeto de decreto legislativo. Se o parecer for rejeitado na Comissão, seu presidente designará novo relator, que redigirá o novo parecer em 15 dias. O relatório aprovado é devolvido à Mesa e publicado no Diário Oficial da Casa, ficando o projeto em pauta durante seis dias úteis, para eventuais pedidos de informação dos parlamentares ao Tribunal de Contas. Depois, o projeto e demais documentos voltam à Comissão que, em 30 dias, apresentará parecer definitivo para ser votado em turno único em Plenário.

No ato de entrega dos docu-



Parecer pela aprovação do relatório financeiro é apenas uma orientação do Tribunal ao Legislativo

mentos também estavam presentes os conselheiros José Carlos Pacheco, relator das Contas/2005

do governo, Wilson Wan-Dall e César Filomeno Fontes, o auditor substituto, Clóvis Balsini, e o

procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, Diogo Ringenberg.

Diretor da Celesc é escolhido em eleição direta

No dia 5, a Assembléia Legislativa abriu espaço para que os seis candidatos ao cargo de diretor comercial da Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) debatessem suas propostas com transmissão ao vivo pela TV AL e Rádio Alesc Digital e sob a mediação do jornalista Moacir Pereira. É a primeira vez, em 50 anos, que os empregados vão eleger um diretor através do

voto direto, para um mandato até janeiro de 2009.

O pleito será decidido entre os candidatos Carlos Alberto Martins e Max Bayer Gomes, em segundo turno, no dia 21. No primeiro turno, realizado no dia 7, além dos dois, disputaram a preferência dos 3.889 empregados aptos a votar, Antenor Zimmermann, Dilson Oliveira Luiz, Gilberto dos Passos Aguiar

e Paulo Borba Fernandes. Dos 3.413 votos válidos, Martins levou 1.284, enquanto Max Bayer ficou com 541.

De acordo com o presidente da Celesc, Miguel Ximenes, o processo é pioneiro entre as empresas do setor elétrico brasileiro. "Ele terá autonomia e segurança nas negociações, sabendo atender às aspirações do corpo funcional", completa.

Eduardo Guedes de Oliveira



No Plenário da Casa os candidatos ao cargo puderam expor suas metas para a diretora comercial da empresa

Parlamento recebe a visita de cubanos

Eduardo Guedes de Oliveira



Vanio dos Santos recebeu representantes do Instituto de Cuba

Em visita ao Parlamento carolinense os representantes do Instituto Cubano de Amizade aos Povos, Reynaldo Feijoo García e Carlos Chao Méndez, que vieram a Florianópolis para uma palestra a convite da UFSC, foram recebidos pelo deputado Vanio dos Santos (PT), presidente da Comissão de Trabalho e Serviço Público. O parlamentar relatou sua participação no Fórum Social Mundial, quando foi redigida uma carta em solidariedade e apoio à causa cubana, assinada por representantes de mais de 130 países.

Entre os dias 14 e 17 deste mês, Garcia e Mendez participam, em Recife, da XIV Convenção Nacional de Solidariedade a Cuba 2006,

para a qual foram convidados representantes de toda a América Latina. Uma das reivindicações, tanto de brasileiros quanto de cubanos, é o reconhecimento do diploma da Escola Latino-americana de Medicina (ELAM). Luciana Pelegrino Vieira, que acompanhava a comitiva e também proferiu palestra na UFSC, concluiu o curso de Medicina em Cuba, no ano passado, mas não pode exercer sua profissão no Brasil porque não há reconhecimento brasileiro de seu diploma.

Carlos Méndez também reiterou o pedido de apoio para que os Estados Unidos libertem cinco cidadãos cubanos mantidos presos de forma ilegal.

Mário Motta recebe título de Cidadão Catarinense

O apresentador de rádio e TV escolheu Santa Catarina para fixar raízes há mais de 26 anos, quando saiu de seu estado natal, São Paulo, para morar em Lages e, logo em seguida, em Florianópolis

Rose Mary Paz Padilha

Da vida no circo à vida de comunicador e educador. A trajetória pessoal e profissional do apresentador de rádio e TV Mário Motta foi lembrada na noite do dia 12, quando a Assembléia Legislativa concedeu-lhe o título de Cidadão Catarinense. A homenagem prestada durante sessão solene foi proposta do presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), e recebeu aprovação unânime do Parlamento estadual. Autoridades, familiares e amigos prestigiaram a solenidade.

Filho de veteranos artistas do rádio paulista, Mário Pinto da Motta Junior nasceu no circo, em 25 de março de 1952, na cidade de Santo André, na Grande São Paulo. Durante 15 anos a família percorreu mais de 400 municípios paulistas, levando a alegria circense às populações das cidades por onde passaram. No circo, Mário Motta representou dramas, comédias e melodramas. Foi palhaço, acrobata. Aos sete anos viveu sua única experiência no cinema, com o filme Maria 38, ao lado de nomes como Zilka Salaberry e Herval Rossano.

Foi no município de Tupã, no interior paulista, que o homenageado fixou residência com a família, depois de uma vida itinerante com o circo-teatro. Formou-se em Educação Física e lecionou Ginástica Rítmica Desportiva. De São Paulo, Mário Motta veio para Santa Catarina em 1975, onde além de dar aulas, trabalhou em rádios do município de Lages. Mas não era desta vez que ele fixaria residência em terras catarinenses. De volta à São Paulo, em 1978, Mário Motta permaneceu em seu estado natal até 1980, quando retornou à Lages, lá permanecendo até 1985. Um ano depois, em 1986, Florianópolis surgiu em sua vida como a cidade onde o comunicador fixaria residência. Aqui, ele ficaria conhecido em todo o estado através da RBS

TV, onde há 20 anos é âncora do Jornal do Almoço. É hoje um dos nomes mais lembrados pelos telespectadores catarinenses e ouvintes da Rádio CBN Diário, onde também trabalha. Além da vida no rádio e na televisão, Mário Motta ainda atua na apresentação de eventos e em consultoria educacional.

O proponente da sessão especial destacou que Mário Motta tem o poder de agir profissionalmente com equilíbrio invejável. Cativa as pessoas, é respeitado por todos, reunindo méritos para ser um cidadão catarinense. "Homenageados somos nós que o recebemos em Santa Catarina. Desejamos que continue a viver aqui, agora, mais do que nunca, cidadão catarinense", disse Julio Garcia.

A homenagem das bancadas de oposição foi prestada pelo deputado Vanio dos Santos (PT), que chamou Mário Motta de "cidadão das artes e da comunicação", que conduz sua profissão com ética e responsabilidade social.

O deputado Herneus de Nadal (PMDB) falou em nome das bancadas da situação e lembrou da trajetória pessoal e profissional de Mário Motta. Disse ainda que o Parlamento catarinense amplia a dimensão do reconhecimento de sua cidadania.

A Associação Catarinense de Imprensa, através do seu presidente, jornalista Moacir Pereira, também elogiou o trabalho desenvolvido pelo colega, considerado um orgulho para a cidadania e a comunicação de Santa Catarina.

Emocionado, Mário Motta agradeceu a homenagem e fez questão de dividi-la com os amigos, que como ele, vieram para Santa Catarina em busca de uma vida melhor. "Recebi de Santa Catarina e do seu povo tudo que alguém pode desejar. Com muito orgulho sou catarinense por opção e agora por desejo deste povo e deste Parlamento. Serei sempre digno de ser catarinense", finalizou.



Mário Motta: "Sinto orgulho de ser catarinense por opção e agora por desejo do povo e deste Parlamento"



Título foi recebido com emoção pelo homenageado

Escolas e UFSC promovem workshop

O Direito Internacional não está conseguindo retratar as relações decorrentes dos processos de globalização e de integração regional, como o Mercosul, por isso necessita se atualizar. A afirmação foi feita pelo jurista e coordenador do Projeto Latina da UFSC, Arno Dal Ri Júnior, durante a abertura do I Workshop Mercosul e Parlamento, promovido no dia 8, pela Escola do Legislativo. O workshop marcou a continuidade do projeto de extensão universitária Latina, que visa promover o diálogo e a interação entre universidade e sociedade nos processos de

integração.

"Com a tendência positivista valorizando somente as normas postas, o Direito Internacional ignora com arrogância a vida em sociedade; um direito autista, muito atrás dos fatos", lamentou o jurista, lançando o desafio para que se reescreva "as velhas doutrinas do Direito Internacional", a partir dos novos quadros desenhados pela globalização e integração regional. Segundo ele, o Direito Internacional não está limitado ao princípio do Estado como protagonista. "Todos podem ser agentes ou sujeitos destas relações", afirmou.

O jurista destacou a participação do Parlamento nos processos de integração regional como o Mercosul. "A Assembléia tem papel fundamental, sempre em contato com entidades de outros estados", observou.

Representando o presidente da Comissão do Mercosul e o presidente da Escola do Legislativo, deputado Celestino Secco (PP), Flávio Monteiro também destacou a importância do elo Parlamento com as academias. Citou convênios celebrados através da comissão entre universidades brasileiras e de países que integram o Mercosul.

COMISSÕES

Direitos dos deficientes são desrespeitados

Em audiência realizada pela Assembléia Legislativa, participantes reclamaram do descumprimento da legislação

Portadores de necessidades especiais participaram de mais um debate sobre o Estatuto do Portador de Deficiência e o seu efetivo cumprimento. A audiência pública foi promovida pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Mulher e à Família, atendendo solicitação do deputado Pedro Baldissera – Padre Pedro (PT), no dia 12. O estatuto visa a fixação de normas e dispositivos, a definição de portador de deficiência, deficiente físico, oportunidade de trabalho e emprego, entre outros assuntos.

“Produzimos uma pequena contribuição para melhorar a qualidade de vida dos portadores de necessidades especiais do nosso estado”, enfatizou o presidente da Comissão, deputado Djalma Berger (PSDB). Ele citou as leis nº 12.920/04, que obriga os estabelecimentos centrais de compras e shopping centers do estado a fornecer cadeiras de roda para deficientes físicos e idosos; nº 13.318/05, obrigando a instalação nos terminais rodoviários de placas em Braille contendo a relação das linhas de ônibus e seus itinerários; nº 13.316/05, que institui a meia-entrada para portadores de



Audiência teve tradução simultânea da linguagem de sinais (LIBRAS)

deficiências nos estabelecimentos culturais, esportivos, de lazer e entretenimento. “Cabe agora a divulgação dessas iniciativas, bem como a efetivação de sua aplicação como forma de minimizar as dificuldades encontradas pelos portadores de necessidades especiais”, assinalou Berger.

O deputado Padre Pedro aproveitou para anunciar a tramitação na Casa de projeto de sua autoria, cujo objetivo é garantir a acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida aos estabelecimentos de ensino, públicos e privados catarinenses. Essa proposta foi gerada pela Fun-

dação Catarinense de Educação Especial.

Fernando Rigol, representando a Delegacia Regional do Trabalho de Santa Catarina, falou sobre o núcleo de projetos especiais. “Fazemos acompanhamento dos menores e dos portadores de deficiência no mercado de trabalho.

Precisamos avançar de forma que eles tenham uma legislação e um país que a cumpra, através da sociedade e do empresariado. O número de pessoas com deficiência com qualificação está além do que é exigido pelas empresas”.

A vice-presidente da Comissão de Defesa das Pessoas com Deficiência da OAB/SC, Karine Froner, esclareceu que a função desse grupo, criado no ano passado, é de fiscalizar e prestar consultoria. No dia 17 de julho acontecerá, em Florianópolis, o 1º Congresso de Empregabilidade Especial, que, de acordo com o vice-coordenador da Rede Catarinense de Empregabilidade Especial, Gualtiero Schlichting Picolli, servirá para compartilhar metodologias.

O vice-presidente do Conselho Estadual de Defesa das Pessoas com Deficiências de Santa Catarina, Arno Kummer, avaliou como produtivo o ano de 2005. “Tivemos vários encontros e eventos realizados para debater a questão”.

Participaram da audiência a Fundação Catarinense de Educação Especial e autoridades como a senadora Ideli Salvatti (PT) e a deputada federal Luci Choinaki (PT) e o ex-ministro José Fritschi (PT).

Encontro debate projeto nacional que normatiza o funcionamento das farmácias no País



José Miguel (ao microfone) detalhou a proposta que está em tramitação no Congresso Nacional

A unificação dos conceitos de farmácias, drogarias e pontos de vendas de medicamentos e a exigência de qualificação adequada dos seus profissionais responsáveis foram alguns dos temas debatidos na audiência pública do dia 12, promovida pela Comissão de Saúde e presidida pelo deputado Onofre

Agostini (PFL). No encontro, foi definido o encaminhamento aos deputados federais e senadores catarinenses e aos presidentes da Câmara e do Senado de uma moção de apoio à aprovação do substitutivo do deputado federal Ivan Valente (P-SOL/SP), ao Projeto de Lei nº 4.385/94, da ex-senadora Marluce Pinto.

O substitutivo do deputado paulista (Projeto de Lei nº 4.385/94) dá nova redação ao artigo 15 da Lei 5.991/73, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos insumos farmacêuticos e correlatos.

“No Congresso, só se vota projetos sobre os quais há pressão

da sociedade. E o Legislativo catarinense vai fazer pressão através da Comissão de Saúde. Temos que marcar de perto os 16 deputados federais e os três senadores que representam Santa Catarina”, enfatizou Onofre.

O presidente do Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina (CRF/SC), José Miguel do Nascimento Júnior, explicou que o projeto desobriga as drogarias de manter profissionais farmacêuticos como responsáveis técnicos e dá este direito ao oficial ou auxiliar de farmácia, portador de diploma de curso profissionalizante de segundo grau.

Responsabilidade

Segundo ele, o projeto abre ainda a possibilidade dos oficiais ou auxiliares não portadores de diploma de curso profissionalizante, assumirem a responsabilidade técnica de drogaria de sua propriedade ou co-propriedade, desde que comprove exercício da atividade por prazo não infe-

rior a 10 anos. A diferença entre farmácia e drogaria, informou ainda José Miguel, está no fato da primeira poder manipular medicamentos, enquanto as drogarias não fazem manipulação.

José Miguel destacou também alguns pontos do substitutivo, dentre eles o que unifica os conceitos de farmácia, drogaria, posto de medicamentos e dispensários de medicamentos, descritos pela Lei nº 5.991/73, passando a disciplinar estes estabelecimentos como farmácia. De acordo com o substitutivo, farmácia é um “estabelecimento de saúde e unidade de prestação de serviços de interesse público, articulada com o Sistema Único de Saúde (SUS), destinada a prestar assistência farmacêutica e orientação sanitária individual e coletiva, onde se processe a manipulação e/ou dispensação de medicamentos magistrais, oficinais, farmacopéicos ou industrializados, cosméticos, insumos farmacêuticos, produtos farmacêuticos e correlatos”.

ORÇAMENTO

Parlamentares querem mudanças para tornar efetivo o Orçamento Regionalizado

Nas 10 audiências públicas realizadas pelo Estado em que foram eleitas as prioridades em obras e ações das diversas regiões, para inclusão no planejamento orçamentário estadual, deputados defenderam medidas que garantam o atendimento pelo governo das reivindicações manifestadas pela sociedade organizada.

Vincular um percentual do Orçamento catarinense, como já ocorre com Educação e Saúde, por exemplo, é uma das principais propostas para efetivar o princípio de participação da sociedade na distribuição e investimento dos recursos públicos estaduais definidos na Lei Orçamentária Anual (LOA). Com o apoio de diversos parlamentares, o deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP) defendeu a vinculação de 2% dos recursos para investimentos ao atendimento das emendas provenientes das audiências do Regionalizado, o que representa, em média, cerca de R\$ 120 milhões por ano. Dessa forma, acredita o autor da proposta, será viabilizada a execução das ações prioritárias eleitas pela população nas audiências promovidas pelo Legislativo. O esvaziamento dos debates, que vem aumentando a cada ano, também poderia ser re-

vertido, conforme o parlamentar, já que a sociedade teria alguma garantia de ver atendidas as suas reivindicações.

Na avaliação do presidente da Comissão de Finanças e Tributação, deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT), que coordenou a realização das audiências na região litorânea, os encontros foram prejudicados porque o Executivo “não quis participar”. Isso teria gerado o esvaziamento da participação popular, pois as Secretarias de Desenvolvimento Regionais não convocaram as entidades representativas para participar deste pleito. “Mesmo assim, as pessoas que participaram souberam escolher as suas prioridades. Apesar do esvaziamento, houve uma melhora na discussão e na eleição das demandas de cada Regional”, assinalou, defendendo ainda a ampliação do poder participativo da população sobre o conjunto

do Orçamento, que inclui a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual de Ações (PPA). Na primeira, são definidas, como diz o nome, as diretrizes que vão nortear a distribuição dos recursos dos cofres públicos a ser definidos na Lei Orçamentária Anual (LOA). A LDO, que, conforme determina a Constituição estadual, deve ser aprovada até o final de junho, define, por exemplo, os percentuais de repasse aos Poderes Legislativo e Judiciário, Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público Estadual.

O líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), que participou do ciclo de audiências na região litorânea, assegurou que o governo vem buscando atender as demandas do OR e enfatizou que não há recursos para atender tudo de uma só vez. “Essas audiências servem para hierarquizar as ações do governo”, resumiu.



Carlos Kilian

Em algumas audiências, como a de Joinville, a participação se manteve...



Solon Soares

...o que não se repetiu em outros locais, como na reunião realizada em Lages, no auditório da Udesc

O que foi feito

Conforme relatórios apresentados pela Comissão Técnica do Orçamento Regionalizado, várias obras e ações previstas para o Orçamento Estadual de 2006, e de outros anos, foram executadas ou estão em execução. Essas informações estão disponíveis no site da AL: www.alesc.sc.gov.br, no link Orçamento Regionalizado. Nele constam as demandas eleitas pela sociedade, se houve suplementação de recursos - ou anulações - no Orçamento 2006 e se estão sendo executadas ou não. Por enquanto, os relatórios que estão sendo mostrados trazem dados do Orçamento vigente. Depois que as demandas das audiências públicas deste ano forem apresentadas através de emendas que serão apreciadas pelo Parlamento, os dados para o Orçamento de 2007 serão inseridos no site oficial da Assembléia.

Número de ações foi reduzido para três

Neste ano, conforme o coordenador da Comissão de Orçamento Estadual, Jaime Mantelli, foram eleitas três ações, ou obras, em cada regional. No ano passado foram escolhidas nove ações para cada, chegando a um total de 270 ações para todo o Estado. “Três ações são passíveis de realização”, afirmou.

Nas próximas páginas, o leitor pode conferir as reivindicações colhidas nos encontros. No total, foram 10 audiências públicas abrangendo todos os municípios catarinenses. Tanto na região litorânea quanto no Oeste, ações de pavimentação, saúde e educação encabeçaram as listas de obras, serviços e ações eleitas pela sociedade, que não foi tão representativa como nos ciclos anteriores. Em todas elas, representantes do Ministério Público Estadual e dos estudantes do ensino superior, entregaram moções aos parlamentares. Os primeiros querem o aumento do percentual da receita líquida do Estado destinado ao MP através da LDO, de 2,9% para 4,6%. Os estudantes,

querem o cumprimento efetivo dos repasses de recursos para bolsas de estudo garantidas pelo Artigo 170 da Constituição estadual, que não têm chegado aos universitários.

Na região litorânea, além do deputado Dentinho (PT) e de Vieirão (PP), participaram os deputados Odete de Jesus (PL), Dionei Walter da Silva (PT), Ana Paula Lima (PT), Joares Ponticelli (PP), João Henrique Blasi (PMDB), Francisco de Assis (PT), Simone Schramm (PMDB), José Carlos Vieira (PFL), Nilson Gonçalves (PSDB), Djalma Berger (PSDB), Dado Cherem (PSDB), Paulo Eccel (PT), Manoel Mota (PMDB), Vanio dos Santos (PT) e Ronaldo Benedit (PMDB).

No ciclo do Oeste, participaram os deputados Dionei Walter da Silva (PT), relator do projeto da LDO, Reno Caramori (PP), Antônio Aguiar (PMDB), Gelson Merísio (PFL), Pedro Baldissera (PT), Francisco de Assis (PT), Moacir Sopelsa (PMDB), Herneus de Nadal (PMDB), Gelson Sorgato (PMDB) e Romildo Titon (PMDB).

ORÇAMENTO

Regionais de S. Miguel do Oeste, Palmitos, Maravilha e Dionísio Cerqueira

Num clima de expectativa, São Miguel do Oeste abriu as audiências públicas do Orçamento Regionalizado na região Oeste. Cerca de 70 pessoas prestigiaram o evento, que tem como objetivo elencar três ações prioritárias para cada Secretaria de Desenvolvimento Regional que estarão incluídas no Orçamento Estadual do próximo ano. No ano passado, foram escolhidas três demandas e nove ações.

No auditório da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), reuniram-se as Secretarias Regionais de Palmitos, Dionísio

Cerqueira, Maravilha, além de São Miguel do Oeste. O vice-presidente da Casa, deputado Herneus de Nadal (PMDB), comandou os trabalhos. "É um trabalho muito importante, pois estamos aqui para ouvir e para elaborar propostas. Estou muito feliz porque posso perceber a vontade e a disposição de cada um aqui, em fazer constar suas necessidades no Orçamento

de 2007", destacou.

Segundo o prefeito de São Miguel do Oeste, João Carlos Valar (PMDB), os recursos do Orçamento devem ser divididos de forma igualitária, sem discriminação. "Devemos ouvir a comunidade com



Herneus (ao centro) coordenou os trabalhos

muita atenção, pois é ela quem sabe o que realmente o município precisa. Mas não devemos esquecer a prestação de contas. Porque não adianta apenas prometer, é preciso cumprir o prometido", disse.

O diretor-geral da Secretaria de Desenvolvimento da Regional de São Miguel do Oeste, Luis Bassos, que representou as SDRs

abrangidas pela audiência, informou que a população da região ainda aguarda o atendimento das reivindicações feitas no ano passado. "Solicitamos a implantação de um hospital regional. Até agora já passamos por duas licitações, mas

temos esperança de que o governo libere a verba para a sua construção ainda esse ano. Essa reivindicação é fruto de um trabalho de todos nós", disse. Das demandas e ações elencadas no ano passado, nada do valor orçado foi aplicado em 2006.

Uma moção de apoio ainda foi solicitada pelo representante do Ministério Público, Leonardo Todeschini, onde foi requerido um aumento do repasse do duodécimo feito ao MP dos 2,9% para 4,6%.

Também estavam presentes, o pró-reitor da Unoesc, Nelson Machado; o suplente de deputado Maurício Eskudlark (PSDB); secretários regionais, prefeitos, vereadores e líderes comunitários.

PRIORIDADES DA REGIONAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA/2007

- Implantação de assentamentos com moradias populares;
- Ampliação e implementação do sistema de abastecimento de água;
- Implantação de Centro de Referência para o atendimento em diagnósticos.

Prioridades/2006: implantação e estruturação de centros de referência; equipamentos para assistência de saúde; além da implantação de assentamentos com moradias populares.

PRIORIDADES DA REGIONAL DE MARAVILHA/2007

- Terraplanagem e pavimentação do trecho citado;
- Terraplanagem e pavimentação da rodovia SC-497 no trecho Maravilha – Tigrinhos – Santa Terezinha do Progresso;
- Terraplanagem e pavimentação da rodovia SC-497, no trecho São Miguel da Boa Vista.

Prioridades/2006: reurbanização de áreas isoladas e pavimentação de trechos como na rodovia SC-471 no trecho Romelândia – Anchieta.

PRIORIDADES DA REGIONAL DE PALMITOS/2007

- Terraplanagem e pavimentação da SC-497 no trecho Palmitos – Ilha Redonda;
- Terraplanagem e pavimentação da SC-469 no trecho São Carlos – Saudades, acesso a Conhataí;
- Capeamento asfáltico da travessia urbana de Mondai.

Prioridades/2006: ações suplementares de apoio ao desenvolvimento rural e pesqueiro; qualificação rural e apoio técnico e financeiro à organização e entidade comunitárias

PRIORIDADES DA REGIONAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE/2007

- Terraplanagem e pavimentação da BR-163 no trecho Barra Bonita;
- Implantação da rede coletora, tratamento e destino final de esgoto sanitário;
- Implantação do Hospital Regional. (Graziela May Pereira)

Prioridades/2006: promoção de políticas que promovam agregação de valor à agricultura familiar; a distribuição de cestas básicas de materiais de construção e a implantação do hospital regional.

PRIORIDADES DA REGIONAL DE CHAPECÓ/2007

- Estruturar centros de referência regionais para o atendimento em diagnóstico e terapia;
- Fomentar a implantação de pequenas agroindústrias no meio rural;
- Desenvolver o meio institucional, científico e tecnológico.

Prioridades/2006: Construção de policlínica regional para o atendimento em diagnóstico e terapia; terraplanagem e pavimentação do Contorno Leste de Chapecó e a pavimentação asfáltica de municípios da SC-459 e 479.

PRIORIDADES DA REGIONAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/2007

- Terraplanagem e pavimentação da SC-479 no trecho Formosa do Sul – Irati – Jardim – União do Oeste – Águas Frias;
- Terraplanagem e pavimentação da rodovia SC-459 no trecho de Coronel Martins;
- Apoio à implantação e melhoria de sistemas de água no meio rural

Prioridades/2006: Criação de programas para facilitar relações interestaduais do SUS; tratamento de efluentes do sistema de abastecimento de água e a terraplanagem e pavimentação da SC-459, no trecho de Coronel Martins.

PRIORIDADES DA REGIONAL DE XANXERÊ/2007

- Terraplanagem e pavimentação da rodovia SC-459 no trecho Xaxim – Lageado Grande – Marema;
- Terraplanagem e pavimentação da rodovia SC-451, no trecho Entre Rios – BR-480;
- Implantação da rede coletora, tratamento e destino final de esgoto sanitário.

Prioridades/2006: Ampliação da rede de eletrificação rural, apoio ao sistema viário municipal e financiamento para habitação rural.

Regionais de Chapecó, São Lourenço do Oeste e Xanxerê

Cerca de 100 pessoas participaram da segunda audiência pública do Orçamento Regionalizado da região Oeste, realizada no dia 6. Durante o debate, o representante do Diretório Central dos Estudantes da UnoChapecó, Jean Tiago Ferreira entregou uma moção solicitando o repasse efetivo dos recursos previstos pelo Artigo 170 da Constituição estadual às universidades da região. "Que o recurso venha, pois dele dependem muitos alunos. Queremos estudar e nos formar", salientou. Ao todo, 23 mil alunos catarinenses recebem bolsas garantidas pela Carta Magna catarinense.

Os 32 municípios das regionais de Chapecó, Xanxerê e São Lourenço do Oeste estavam representados no encontro, que contou com a presença dos deputados Gelson Merísio (PFL), Gelson Sorgato (PMDB), Pedro Baldissera (PT), Her-

neus de Nadal (PMDB) e Jorginho Melo (PSDB), representantes das Secretarias de Desenvolvimento Regionais e estudantes, reunidos no auditório da UnoChapecó.

Vice-presidente da Comissão de Finanças e responsável pela

essa atenção, pois ouvi-la é aperfeiçoar o orçamento", endossou Sorgatto.

Nemésio Carlos da Silva, representante do prefeito de Chapecó, João Rodrigues (PFL), defendeu a necessidade de qualificar o debate. "É uma discussão muito complexa, mas necessária. Que bom que a sociedade possa participar e que esse momento sirva como exemplo para a democracia", enfatizou.

Após a manifestação dos parlamentares e representantes dos secretários regionais, os grupos de

trabalho se reuniram para escolher as três ações que serão encaminhadas para uma possível inclusão no Orçamento de 2007.

Chapecó tem uma população de mais de 170 mil habitantes, 93% no meio urbano e 7% no meio rural, é considerada pólo agroindustrial do Sul do Brasil.



Deputados receberam a reivindicação dos estudantes universitários

coordenação da audiência, Merísio destacou a importância da discussão sobre as prioridades de cada região e do relatório sobre o que foi executado pelo governo das prioridades eleitas no ano passado. "É muito importante mostrar o que já foi feito e o que ainda está para ser feito. A sociedade merece

ORÇAMENTO



Carlos Kilian

Parlamentares lamentaram não atendimento às prioridades

PRIORIDADES DA REGIONAL DE JOINVILLE/2007

- . Construção, ampliação e reformas na área do ensino fundamental;
- . Implantação da rodovia Costa do Encanto;
- . Terraplanagem, pavimentação e supervisão da SC – 415, trecho Itapoá – BR-101, e o apoio ao Sistema Viário daquela cidade.

Prioridades/2006: Construção, ampliação e reformas na área do ensino fundamental; projetos, reforma e aumento da capacidade das rodovias, SC-415, terraplanagem, supervisão do trecho Itapoá – BR-101.

PRIORIDADES DA REGIONAL DE MAFRA/2007

- . Terraplanagem, pavimentação e supervisão da SC – 477, trecho Papanduva, Itaiópolis e Doutor Pedrinho;
- . Fomento à implantação de pequenas agroindústrias no meio rural;
- . Infra-estrutura para o desenvolvimento da atividade turística.

Prioridades/2006: fomento à implantação de pequenas agroindústrias no meio rural; terraplanagem, pavimentação, supervisão da SC-477, trecho Papanduva – Itaiópolis - Doutor Pedrinho e programação pactuada e integrada das ações e serviços de assistência à saúde.

PRIORIDADES DA REGIONAL DE JARAGUÁ DO SUL/2007

- . Implantação do Hospital Regional para atendimento de urgência e demais especialidades em Jaraguá do Sul,
- . Ligação das ruas Carlos Oescheler e Anésio Nicocelli, em Jaraguá do Sul com a SC – 413;
- . Construção da Ponte Zanotti, entre Guaramirim e Jaraguá do Sul.

Prioridades/2006: aterro sanitário, assentamentos com moradias populares, mobiliário, equipamentos para implantar hospital regional e disponibilização de atendimento de urgência/emergência.

Regionais de Joinville, Jaraguá do Sul e Mafra

Sob a coordenação do presidente da Comissão de Finanças e Tributação, deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT), representantes dos municípios abrangidos pelas regionais de Joinville, Mafra e Jaraguá do Sul, elegeram suas prioridades ao planejamento orçamentário do próximo ano em audiência realizada no auditório da Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina (Amunesc), em Joinville, no dia 5.

O comprometimento do Legislativo em fiscalizar a inclusão das demandas no Orçamento estadual e seu efetivo atendimento pelo Poder Executivo, foi firmado pela deputada Odete de Jesus (PL). “Na medida do possível, estamos buscando soluções para que as reivindicações do ano passado sejam atendidas”, afirmou. O deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP), defendeu a inclusão de todas as prioridades eleitas em 2005 para este ano, no planejamento de 2007, enquanto o deputado José Carlos Vieira (PFL), lamentou os efeitos da atual legislação tributária que vigora no país.

“Do que é arrecadado através de impostos o governo Federal fica com 65%, o Estado fica com

22% e os municípios ficam com apenas 13%, por isso eles se encontram sem recursos, há um esvaziamento”, disse.

O petista Francisco de Assis reafirmou o compromisso do Legislativo com a democratização dos recursos estaduais através das audiências públicas do orçamento regionalizado.

Pioneira

Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, o deputado Dionei Walter da Silva (PT), salientou a importância do processo, apesar do governo deixar de atender a muitas demandas. “O orçamento é a peça mais importante de todos os governos, seja ele federal, estadual ou municipal”, assinalou, endossado pelo tucano, deputado Nilson Gonçalves (PSDB). “Ainda falta alguma coisa, há um esforço para que haja participação da sociedade, mas na hora da execução nem sempre é realizado”, emendou.

Para a deputada Simone Schramm (PMDB), a discussão do orçamento mostra “o verdadeiro espírito da descentralização”.

Autor da emenda à Constituição estadual que implementou a obrigatoriedade do Poder

Legislativo realizar as audiências e do governo incluí-las no Orçamento, o atual deputado federal Carlito Meres (PT/SC), enfatizou que poucos estados têm uma ferramenta parecida com o Orçamento Regionalizado. Porém, o parlamentar fez questão de fazer coro às críticas dos parlamentares estaduais.

“Na época da aprovação da emenda ficou clara a participação da Assembléia Legislativa, do Executivo, do Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal de Justiça, e hoje percebemos que não há essa participação”, lamentou.

O presidente da Amunesc e prefeito do município de Garuva, João Romão (PP), reclamou que os prefeitos necessitam muito das verbas dos governos federal e estadual, que nem sempre vêm. “Queremos que o orçamento deixe de ser uma obra de ficção para ser uma obra de planejamento”, assinalou Romão.

Quatro representantes das Secretarias Regionais envolvidas estiveram na reunião. A ausência dos secretários Regionais na audiência pública foi justificada por uma reunião paralela com o governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira (PMDB).

Regionais de Blumenau, Brusque e Itajaí

Mais de 200 pessoas, representando as regionais de Blumenau, Itajaí e Brusque, se reuniram no auditório da Univali, em Itajaí, no dia 7, sob a coordenação do deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT), presidente da Comissão de Finanças e Tributação. Obras de infra-estrutura e saúde são prioritárias para a população da região.

Durante a audiência foi encaminhada moção dos representantes da regional de Blumenau, reivindicando a liberação dos recursos para as bolsas de estudo e de pesquisa ao ensino superior, garantidas pelo Artigo 170 da Constituição estadual, aos alunos da FURB (Universidade da Região de Blumenau).

A audiência contou com a presença dos deputados Dionei



Carlos Kilian

Ministério Público reforçou seu pleito de reajuste

Walter da Silva (PT), Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP), Paulo Eccel (PT), Dado Cherem (PSDB), Ana Paula Lima (PT) e Odete de Jesus (PL). O prefeito de Itajaí, Volnei Morastoni (PT), representou os prefeitos da região e o promotor público Ari Capela Neto, o Ministério Público. Capela Neto fez um apelo aos deputados para que garantam o aumento do percentual do Orçamento destinado ao Ministério Público, definido pela Lei de Diretrizes

Orçamentárias – cujo projeto para 2007 tramita na Casa -, de 2,6% para 4,6% da receita líquida do Estado. “Necessitamos de mais 74 promotores. Nas comarcas há 395 magistrados e 321 promotores”, exemplificou.

A deputada Ana Paula explicou a metodologia do debate e parabenizou os estudantes da FURB (Universidade Regional de Blumenau) pela participação em busca de recursos. O não atendimento das reivindicações da sociedade pelo governo, na execução do Orçamento, foi criticado pelo deputado Paulo Eccel. “Eu tenho observado as ações dos Conselhos Regionais que, muitas vezes, aprovam como prioridades o que já foi decidido em acordo entre os prefeitos e o governador”, comentou.

PRIORIDADES DA REGIONAL DE ITAJAÍ/2007

- . Implantação de rede coletora, tratamento e destino final de esgoto sanitário;
- . Implementação, ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água;
- . Apoio financeiro ao ensino médio.

Prioridades/2006: Campus da Udesc em Balneário Camboriú; auxílio a unidades municipais de assistência à saúde sem fins lucrativos conveniadas ao SUS (Sistema Único de Saúde); construção e ampliação da rede pública de ensino fundamental

PRIORIDADES DA REGIONAL DE BRUSQUE/2007

- . Auxílio a unidades assistenciais em saúde sem fins lucrativos conveniadas ao SUS (Sistema Único de Saúde);
- . SC – 486, terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho Botuverá – Vidal Ramos;
- . Terraplanagem, pavimentação e supervisão do contorno do acesso ao Santuário Santa Paulina – SC – 411, em Nova Trento.

Prioridades/2006: implantação ou adaptação de centros de referência regionais para atendimentos, diagnósticos e terapia; SC 486 – terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho entre Botuverá e Vidal Ramos; terraplanagem, pavimentação e supervisão em vários trechos das rodovias municipais.

PRIORIDADES DA REGIONAL DE BLUMENAU/2007

- . Implantação de um hospital regional de atendimento em urgência e outras especialidades;
- . Construção, supervisão de pontes ou viadutos;
- . Programação pactuada e integrada das ações e serviços de assistência à saúde;

Prioridades/2006: implantação de um hospital regional com atendimento de urgência; conservação de rodovias e convênio de manutenção para o Hospital Santo Antônio.

ORÇAMENTO

Regionais de Rio do Sul, Ituporanga e Ibirama

Cerca de 100 pessoas participaram das discussões realizadas no Clube de Caça e Tiro Dias Velho, em Brusque, no dia 6, sob a presidência do deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT). Representantes dos Conselhos de Desenvolvimento Regional, da sociedade organizada e prefeitos dos municípios que compõem as Secretarias de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul, Ituporanga e Ibirama elegeram obras de infra-estrutura, principalmente terraplanagem e pavimentação, como prioridades para o próximo ano. Também neste encontro, o representante do Ministério Público – promotor Ivens José Thives de Carvalho, pediu apoio para ampliação do percentual da receita líquida estadual repassada ao órgão, que é definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Apesar das críticas ao Poder Executivo pelo não atendimento às reivindicações de 2005, Dentinho reafirmou a necessidade não só de dar continuidade, como de ampliar a discussão do Orçamento Regionalizado, permitindo que a sociedade interfira diretamente na elaboração do conjunto das diretrizes, planejamento e distribuição dos recursos públicos estaduais. “Esperamos que, em breve, possamos discutir o Orçamento em sua totalidade, com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), além da Lei Orçamentária Anual (LOA)”, disse.

O parlamentar também criticou as disparidades na distribui-

ção dos recursos públicos estaduais. De acordo com ele, Ituporanga recebeu mais de R\$ 5 milhões para realização de suas obras, enquanto Rio do Sul e Ibirama não receberam recursos para o atendimento das obras e programas eleitos no ano passado. O peemedebista Rogério Mendonça – Peninha (PMDB), garantiu que a maioria das obras eleitas pelas três regionais em 2006 está sendo realizada e algumas em fase de conclusão. “O que for fruto dessas audiências poderá ser concretizado. Elas servem para dar um norte para que o governo atenda aos anseios da população”, justificou.

Para o deputado Paulo Eccel (PT), não existe administração moderna que possa dispensar a participação popular. “Já passou esse tempo. Muitas vezes a sociedade só é lembrada no período eleitoral, mas nem sempre é lembrada depois. A AL está fazendo a sua parte”. Ele também falou da necessidade de que a legislação obrigue a inclusão das decisões das audiências do Orçamento Regionalizado na LDO. “Fazemos as audiências e quando recebemos as peças orçamentárias para a votação nem sempre encontramos o que foi decidido aqui”, salientou.

Reajustes

Relator da proposta do governo para a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007, o deputado Dionei Walter da Silva (PT), alertou os representantes dos servidores estaduais presentes para que

apresentem agora suas reivindicações salariais. “Aumento salarial é agora, pois isso só ocorrerá se estiver no Orçamento. O reajuste só tem chances de acontecer se estiver na LOA. Se o governador diz que arrecadará cerca de R\$ 200 milhões este ano com o Fundo Social, por que o governo não pode destinar R\$ 100 milhões para a sociedade?” questionou Dionei. A deputada Ana Paula Lima (PT) lembrou que a participação da sociedade diretamente na decisão sobre o destino dos recursos provenientes dos impostos é um dos pilares da democracia.

O secretário regional de Ibirama, Aldo Schaidler, disse que as obras previstas no Orçamento são realizadas no dia-a-dia pelo governo. “Estamos retificando as informações contidas no relatório que demonstrava as prioridades de Ibirama como não realizadas. Todas as obras de 2005 e 2006 estão em fase de conclusão. Cerca de R\$ 45 milhões estão sendo investidos, ao invés dos R\$ 42 milhões que foram orçados”, garantiu.

Também participaram da reunião o secretário regional de Rio do Sul, Germano Purnhagem, e o secretário de Ituporanga, Elias Souza, o presidente da Amavi (Associação dos municípios do Alto Vale do Itajaí) e prefeito de Pouso Redondo, Jucelino Amanio, e integrantes da Ucavi (União das Câmaras de Vereadores dos Municípios do Alto Vale do Itajaí), além do deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP).

A pavimentação de rodovias e os investimentos na área de saúde, como a implantação de Hospital Regional, foram as principais demandas escolhidas na audiência pública do Orçamento Regionalizado 2007 realizada no auditório da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), em Joaçaba, no dia 7. Participaram do encontro representantes dos municípios abrangidos pelas Secretarias de Desenvolvimento Regionais de Campos Novos, Concórdia e Joaçaba.

O deputado Jorginho Melo (PSDB), que coordenou os trabalhos, lembrou que as audiências são “a realização dos sonhos dos catarinenses”. “Vamos trabalhar aqui para que tudo seja resolvido de forma democrática”, salientou.

O peemedebista Romildo Titon afirmou não acreditar na continuidade do Orçamento Regionalizado. “Creio que essa discussão (as audiências do OR) esteja dando seus últimos suspiros. Havia uma expectativa muito grande da sociedade em ver suas ações implantadas. Agora, as pessoas não acreditam mais”, argumentou Titon.

T a m -



Mello (segundo à esquerda): “realização dos sonhos”

PRIORIDADES DA REGIONAL DE RIO DO SUL/2007

- Terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho da SC – 423, entre Santa Terezinha e BR – 477;
- Ações suplementares de apoio ao desenvolvimento rural e pesqueiro;
- Investimentos gerais na área da saúde, tanto em equipamentos quanto em estrutura.

Prioridades/2006: terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho da SC – 423, que liga os municípios de Taió e Mirim Doce até a BR- 477; terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho da SC – 423, entre Santa Terezinha e BR – 470; terraplanagem, pavimentação e supervisão de diversos trechos de rodovias em Rio do Sul.

PRIORIDADES DA REGIONAL DE ITUPORANGA/2007

- Terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho da SC – 426, entre Atalanta e Ituporanga;
- Terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho da SC – 486, entre Botuverá e Vidal Ramos;
- Implantação de centros de recebimento e triagem de lixo.

Prioridades/2006: terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho da SC – 428, entre Imbuia e Leoberto Leal; terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho da SC – 430, entre Chapadão do Lageado e Ituporanga.

PRIORIDADES DA REGIONAL DE IBIRAMA/2007

- Hospital Regional de Ibirama com UTI e UTI Neo-natal;
- Terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho da SC – 491, entre Dalberiga e José Boiteux;
- Terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho da SC – 421, entre Witmarsun e Vitor Meireles.

Prioridades/2006: terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho da SC – 421, entre Witmarsun e Vitor Meireles; terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho da SC – 491, entre a localidade de Dalbérgia, em Ibirama e José Boiteux; terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho entre Lontras e Rio do Sul.

Carlos Kilian



Representante da SDR assegurou que obras estão em execução

PRIORIDADES DA REGIONAL DE CAMPOS NOVOS/2007

- Implantação do Hospital Público Regional;
- Terraplanagem e pavimentação da SC-456, no trecho Vargem – Abdon Batista;
- Apoio ao sistema viário de Campos Novos.

Prioridades/2006: terraplanagem e pavimentação da SC-456 no trecho Vargem Grande – Abdon Batista; apoio ao sistema viário municipal e ampliação do sistema e água e esgoto. Grande parte das ações já estão prontas ou em fase de andamento.

PRIORIDADES DA REGIONAL DE CONCÓRDIA/2007

- Terraplanagem e pavimentação da SC-488, no trecho Lindóia do Sul – Irani;
- Terraplanagem e pavimentação da SC-461, no trecho de Alto Bela Vista;
- Terraplanagem e pavimentação da SC-484, no trecho Paial – Chapecó.

Prioridades/2006: elaboração do programa de saneamento rural; construção de centroeventos de convenções e a terraplanagem e pavimentação da SC-453, trecho Lindóia do Sul – Irani.

PRIORIDADES DA REGIONAL DE JOAÇABA/2007

- Implantação do Hospital Regional;
- Programação pactuada integrada das ações e serviços do sistema de saúde;
- Aquisição de equipamentos para assistência de saúde.

Prioridades/2006: implantação do Hospital Regional, melhoramento na infra-estrutura agrícola e pesqueira e conservação da malha rodoviária municipal.

ORÇAMENTO

PRIORIDADES DA REGIONAL DE CAÇADOR/2007

- Terraplanagem e pavimentação do trecho perimetral norte de Caçador;
- Terraplanagem e pavimentação da rodovia SC-453, no trecho Arroio Trinta – Macieira;
- Construção do contorno viário de Rio das Antas, na SC-303.

Prioridades/2006: construção de unidades de moradia isolada, do contorno viário de Rio das Antas e de um centro de eventos.

PRIORIDADES DA REGIONAL DE CANOINHAS/2007

- Aquisição de mobiliário e equipamentos para implantar Hospital Regional de atendimento em urgência e emergência;
- Terraplanagem e pavimentação da rodovia SC-478, no trecho Santa Cruz do Timbó – Despraiado (Porto União);
- Terraplanagem e pavimentação no trecho Felipe Schmidt – BR-280 (Canoinhas).

Prioridades/2006: implantação de Hospital Regional com atendimento de urgência, implantação de unidades de moradia isolada e a construção de um centro de eventos.

PRIORIDADES DA REGIONAL DE VIDEIRA/2007

- Terraplanagem e pavimentação da rodovia SC- 453, no trecho Salto Veloso – Hercilópolis;
- Terraplanagem e pavimentação da rodovia SC-494, no trecho Iomerê – Bonsucesso – Treze Tílias;
- Construção de centro de atendimento a adolescentes dependentes de substâncias entorpecentes na região.

Prioridades/2006: restauração e pavimentação da SC-303, no trecho Videira – Capinzal, construção de espaço multiuso para eventos regionais e financiamento para construção na área rural.

Regionais de Caçador, Videira e Canoinhas

Cerca de 50 pessoas, representando as secretarias regionais de Caçador, Videira e Canoinhas, elegeram no dia 8, no Salão Nobre da Reitoria da Universidade do Contestado (UnC), em Caçador, as três ações de interesse de cada uma delas.

Estavam presentes os deputados Reno Caramori (PP), que presidiu a reunião, Pedro Baldissera (PT), Jorginho Melo

(PSDB), Antônio Aguiar (PMDB), Francisco de Assis (PT) e Dionei Walter da Silva (PT), os secretários das três regionais, representantes das prefeituras e de associações comunitárias.

“Sempre defendi a criação de um planejamento participativo, porque não adianta discutir o orçamento e não ter uma maneira de aplicá-lo. Mas acredito que estamos aqui para lutar pelos nos-

solos interesses e para tentar sanar grande parte de nossos problemas”, explicou Caramori, depois de afirmar que não concordava com o orçamento regionalizado da forma como vem sendo elaborado, já

que, na maior parte das vezes, as reivindicações eleitas não são atendidas pelo governo. A opinião recebeu endosso do petista Francisco de Assis. “As pessoas já estão descrentes com a atual situação. Elas estão cansadas de vir aqui, discutir, escolher e depois não ver suas obras em execução. Eu torço para que as coisas se resolvam e as pessoas vejam suas obras prontas”, disse, chamando a atenção para o pouco público no evento.

O relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) para o próximo ano, deputado Dionei, comentou que as audiências públicas do OR já receberam muitas críticas devido a pouca execução das prioridades escolhidas. “Realmente o governo tem feito pouco, até porque não é obrigado, segundo a lei, mas é importante salientar que quando a sociedade se une fica mais fácil a cobrança”, disse o parlamentar.



Deputados sugeriram mudanças na fórmula do OR

Regionais de Araranguá, Criciúma, Tubarão e Laguna

A pouca participação popular na audiência pública realizada no anfiteatro do bloco de Saúde da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), em Tubarão, na tarde do dia 8, chamou a atenção das autoridades que prestigiaram a reunião para eleger as três prioridades que cada uma das regionais tem direito, para que sejam incluídas na peça orçamentária. Menos de 50 pessoas elegeram obras de pavimentação e investimentos na área da saúde como as ações necessárias aos municípios abrangidos pelas regionais de Araranguá, Criciúma, Laguna e Tubarão.

“O governo decidiu não priorizar as obras que foram eleitas pela sociedade, aqui no Sul. Apenas a prioridade número 1 da regional de Laguna está sendo contemplada, ao contrário do que vem acontecendo nas regionais de Blumenau e Itajaí,

entre outras, onde mais ações estão sendo realizadas”, afirmou o deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT).

Assim como fez nas audiências de Rio do Sul e de Itajaí, o deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP) propôs que 2% do Orçamento estadual sejam destinados, obrigatoriamente, às prioridades indicadas pelas audiências do Orçamento Regionalizado (OR). Essa porcentagem representaria em média, segundo ele, cerca de R\$120 milhões por ano. “É a terceira vez que eu participo da OR nesta região e o que eu vejo aqui hoje é o descrédito da população. Essa audiência é uma complicação, pois o governo deseja realizar mas não cumpre porque não há dinheiro suficiente que atenda a todas as demandas. Então ele atende as suas demandas e não as do regionalizado”, argumentou.

Carlos Killian



Governistas asseguraram que obras vêm sendo realizadas

A deputada Odete de Jesus (PL), na abertura do encontro, também deu ênfase à necessidade de que as ações definidas pelas audiências saiam da gaveta.

O deputado Manoel Mota (PMDB) garantiu que os pleitos da sociedade estão sendo atendidos. O progressista Joares Ponticelli (PP) defendeu a proposta de Vieirão. “Esse modelo atual (do OR) faliu. Se esse modelo fosse impositivo, pode ser que levássemos anos, mas iríamos acertar”, lamentou. Em contrapartida, o deputado Ronaldo Benedet (PMDB), ex-secretário de Estado da Segurança Pública, garantiu que muito mais do que foi colocado no Orçamento foi aplicado na regional de Criciúma, principalmente no Hospital São José. “Por intermédio do Fundo Social o governo conseguiu realizar muito do que é discutido”, afirmou.

Para o petista Vanio dos Santos (PT) é essencial manter o debate com a sociedade sobre o Orçamento, permitindo que o cidadão que abastece os cofres públicos com o dinheiro dos seus impostos possa opinar sobre a destinação dos recursos.

Participaram os secretários regionais de Araranguá, Heriberto Schmidt; de Tubarão, Ademir Mattos, e de Laguna, Pedro Roussenq, a representante do Ministério Público, Walquyria Danielski, prefeitos e vereadores da região.

PRIORIDADES DA REGIONAL DE CRICIÚMA/2007

- Não houve deliberação devido à pouca participação popular.

Prioridades/2006: Hospital Regional de atendimento em urgência; implantação da rede coletora (tratamento e destino final) de esgoto sanitário e apoio às cooperativas e outras formas de associativismo.

PRIORIDADES DA REGIONAL DE TUBARÃO/2007

- Estruturar Centros de Referência regionais para atendimento em diagnóstico e terapia;
- SC – 440, terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho Pedras Grandes – Orleans;
- Readequação das estruturas receptoras dos dejetos da suinocultura e avicultura.

Prioridades/2006: estruturar centros de referência regionais para atendimento em diagnóstico e terapia; SC – 440, terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho Pedras Grandes – Orleans e readequação das estruturas receptoras dos dejetos da suinocultura e avicultura.

PRIORIDADES DA REGIONAL DE ARARANGUÁ/2007

- SC – 450, terraplanagem, pavimentação e supervisão, do trecho de Praia Grande à divisa com o Rio Grande do Sul;
- Hospital Regional com atendimento de urgência e demais especialidades;
- Terraplanagem, supervisão, pavimentação da rodovia Interpraias, trecho que liga Laguna a Passo de Torres.

Prioridades/2006: implantar Hospital Regional com atendimento de urgência e demais especialidades; SC – 450, terraplanagem, pavimentação e supervisão, do trecho de Praia Grande à divisa com o Rio Grande do Sul e terraplanagem, supervisão, pavimentação da rodovia Interpraias, trecho que liga Laguna a Passo de Torres.

PRIORIDADES DA REGIONAL DE LAGUNA/2007

- Terraplanagem, supervisão, pavimentação do trecho Jaguaruna – Barra do Camacho;
- Terraplanagem, supervisão, pavimentação do trecho Garopaba – Paulo Lopes – BR – 101;
- Implantar Hospital Regional com atendimento de urgência e demais especialidades.

Prioridades/2006: terraplanagem, supervisão e pavimentação do trecho de Jaguaruna à Barra do Camacho; recuperação e desassoreamento do complexo lagunar; terraplanagem, pavimentação, supervisão do trecho entre Garopaba – Paulo Lopes – BR – 101 e implantação do Hospital Regional com atendimento de urgência.

ORÇAMENTO

Regionais de Lages, São Joaquim e Curitibanos

A audiência pública para eleger as prioridades dos municípios abrangidos pelas regionais de Lages, São Joaquim e Curitibanos foi realizada no dia 9, no Anfiteatro do Centro de Ciências Agroveterinárias (CAV) da Udesc, em Lages, com a presença do deputado Dionei Walter da Silva (PT), secretários das regionais, representante do Ministério Público, prefeitos, vereadores e comunidade.

Dionei lembrou que a proposta orçamentária aprovada pelo Legislativo tem caráter meramente autorizativo. "O ideal é que a Lei Orçamentária fosse impositiva. Mas nada pode ser executado se não estiver previsto na peça orçamentária", disse. O parlamentar também salientou a necessidade da comunidade cobrar aquilo que foi solicitado. "Não adianta apenas escolher as ações. Temos que avançar, temos que aprender a cobrar as

realizações das obras escolhidas", defendeu.

Para o titular da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Lages, o ex-deputado Francisco Küster (PSDB), as audiências têm surtido resultados positivos. "Quero aqui enaltecer esse debate porque o que estiver no Orçamento até pode ser realizado. O que não estiver, com certeza não será efetivado", falou.

Em nome das prefeituras municipais, o prefeito de Anita Garibaldi, Rui Candido Duarte, criticou a ausência de outros prefeitos no evento. "Nossos municípios sofrem com a carência de verba e por isso precisam participar do debate e cobrar ações que nos beneficiem", afirmou.

Assim como fez na audiência de Caçador, o deputado Dionei propôs que 2% do Orçamento do Estado sejam destinados obrigatoriamente às prioridades indicadas pelas audiências do OR.

Solon Soares



Orçamento aprovado pela Assembléia é autorizativo

PRIORIDADES DA REGIONAL DE CURITIBANOS/2007

- Não houve deliberação devido à pouca participação popular

Prioridades/2006: sistema viário de Curitibanos (obra concluída); construção de espaços multiuso e terraplanagem e pavimentação do trecho perimetral em Curitibanos.

PRIORIDADES DA REGIONAL DE LAGES/2007

- Implantação da rede coletora, tratamento e destino final do esgoto sanitário;
- Estruturar centros de referências regionais para atendimento em diagnóstico e terapia;
- Apoio ao sistema viário municipal.

Prioridades/2006: em Lages, parte das obras solicitadas para o Orçamento deste ano foi concluída, como apoio aos hospitais da região, capacitação dos profissionais de educação e apoio à obras de infra-estrutura.

PRIORIDADES DA REGIONAL DE SÃO JOAQUIM/2007

- Terraplanagem e pavimentação da rodovia SC-439, no trecho Urubici – Grão Pará;
- Terraplanagem e pavimentação da rodovia SC-439, nos trechos Urupema – Rio Rufino – Urubici;
- Terraplanagem e pavimentação da rodovia SC-430, no trecho São Joaquim – divisa SC/RS.

Prioridades/2006: implantação de moradia rural, aterro sanitário e terraplanagem e pavimentação da SC-439, trecho Urupema – Grão Pará.



Carlos Kilian

Para o líder do governo (em pé), as audiências servem para orientar o executivo, hierarquizando as ações

Regional da Grande Florianópolis

O município de Biguaçu foi sede da última audiência pública da região litorânea, realizada na tarde do dia 9. Cerca de 50 pessoas dos 13 municípios abrangidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis selecionaram a educação como a grande prioridade para a peça orçamentária de 2007.

A reunião encerrou o ciclo de debates promovido pela Assembléia Legislativa, por intermédio da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Regionalizado, ambas presididas pelo deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT). Para ele, as audiências são fundamentais para que a sociedade escolha as obras e programas sociais de forma democrática.

A deputada Odete de Jesus (PL) elogiou a grande participação dos professores no evento, demonstrando o seu interesse e preocupação com o bem-estar dos catarinenses. Segundo ela, a sociedade deve participar

para que depois possa, junto com os parlamentares, cobrar do Executivo a realização dessas demandas. "Como deputados estaduais estamos preocupados com os 293 municípios do estado e a área da saúde está muito deficiente, está pedindo socorro. Precisamos de mais hospitais e mais profissionais e não só na saúde, como também na educação e na segurança pública", defendeu.

Assim como a deputada Odete e Dentinho, o deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP) também participou das cinco audiências no Litoral do Estado. Fazendo um balanço das participações, ele lamentou a presença de somente cinco deputados, pois nas demais audiências participaram, em média, sete parlamentares. Ele comentou a entrega à Assembléia Legislativa do parecer favorável das contas do Executivo referentes ao exercício de 2005, pelo Tribunal de Contas do Estado. "Foram feitas algumas ressalvas e recomendações, pois

o governo não aplicou o percentual legal de 12% do orçamento estadual na saúde e nem os 25% que devem ir para a Educação", contou, questionando o parecer favorável. "Como nós, deputados, vamos discutir esta análise das contas quando o órgão técnico faz uma análise política, que deveria ser feita por nós?"

O deputado Djalma Berger (PSDB), disse estar satisfeito em estar participando da discussão do Orçamento Regionalizado. "A nossa região é extremamente carente de obras e serviços, mas graças aos prefeitos dos municípios da nossa Regional e ao governo estadual conseguimos atingir grandes índices de desenvolvimento", disse. O líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), assegurou que o governo tem buscado atender às reivindicações "Estas audiências servem para hierarquizar as ações, assim o governo pode atender as que são mais importantes nesse momento", explicou.

PRIORIDADES DA REGIONAL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS/2007

- Construção, ampliação e reforma do Ensino Médio de São José;
- Construção, ampliação e reforma do Ensino Fundamental de São José;
- Capacitação nas áreas do conhecimento do Ensino Fundamental, em São José.

Prioridades/2006: estão em execução todas as ações eleitas na audiência pública do OR realizada em 2005, que foram a capacitação das áreas de conhecimento do ensino fundamental; terraplanagem e pavimentação da BR – 282 em Anitópolis; capeamento asfáltico da SC – 407, trecho de São Pedro de Alcântara até a BR – 101 e pavimentação asfáltica da SC-410 até o trecho da BR – 101 entre Governador Celso Ramos e Armação da Piedade.

COMUNIDADE

Movimento quer impedir instalação de mina no Sul do estado

Reivindicação foi feita por ONGs durante audiência pública relativa ao Dia Mundial do Meio Ambiente - 5 de junho



Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira

Integrantes de ONGs expuseram seus trabalhos e pediram a criação de um fundo para garantir recursos

Plante uma Araucária



Serão distribuídas 100 mil mudas em todo o estado, com ênfase em regiões que abrigam naturalmente a árvore

Projeto distribui mudas do pinheiro

O Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho) foi celebrado pela Assembléia com o pré-lançamento do Projeto "Plante uma Araucária". A proposta é fruto de uma parceria entre a Comissão de Turismo e Meio Ambiente, governo do Estado e Instituto Camargo Corrêa, que aproveitaram a oportunidade para distribuir mudas da planta. Entre os tra-

balhos apresentados por ONGs, destaque para a exposição do Projeto Larus (UFSC). Cem mil mudas, já prontas para o plantio, serão distribuídas por todo o estado. O evento foi realizado por proposição do deputado Sérgio Godinho (PSB), coordenador do projeto, e teve a presença de várias autoridades ligadas à preservação do meio ambien-

te, em especial da araucária, importante espécie ameaçada de extinção. "O projeto contou com a participação de diversas entidades preocupadas com a situação", revelou Godinho. Hoje, Santa Catarina mantém apenas 2% da cobertura original de araucárias. Se o desmatamento continuar, vai provocar a extinção de outras espécies de vegetais e de animais.

Magda Audrey

A realização de uma audiência pública para debater a instalação de uma mina de carvão em Içara foi um dos encaminhamentos do encontro realizado na noite do dia 6, no Plenário. Promovida pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente, presidida pelo deputado Sérgio Godinho (PSB), a reunião abriu espaço para que Organizações Não-governamentais (ONGs) ou movimentos que têm como preocupação a preservação ambiental expusessem seus trabalhos.

Gilmar Bonifácio, integrante do Movimento pela Vida, de Içara, explicou que a comunidade não quer a instalação da mina na região. "O movimento iniciou em agosto de 2003, quando a Carbonífera Rio Deserto disse que ia abrir uma mina de carvão", explicou. A grande preocupação é com a degradação ambiental. "Que a Assembléia tenha coragem de enfrentar os coronéis do carvão, que vá até o local e assumo junto com a comunidade a responsabilidade de trazer à tona esses problemas", pediu.

Ele informou que o movimento conseguiu uma vitória no dia 17 de maio, quando o Tribunal de Justiça de Santa Catarina concedeu liminar suspendendo o processo de licenciamento para a instalação da mina enquanto não é julgada a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) proposta pelo Ministério Público Estadual. A Adin, explicou, contesta a alteração da Lei Municipal nº

2.019, que criou a Área de Proteção Ambiental nas comunidades de Esperança, Espigão, Santa Cruz e adjacências, situadas no município de Içara. Pela nova redação da lei, atividades industriais degradantes, antes proibidas, podem ser desenvolvidas na área se forem precedidas de licenciamento ambiental com apresentação de EIA/RIMA. Gilmar esclareceu que a nova lei é menos restritiva do que a anterior.

"Nesta área não poderão ser desenvolvidas atividades industriais degradantes que não tenham sido precedidas de licenciamento ambiental com apresentação de EIA/RIMA, ficando os órgãos governamentais competentes responsáveis pela fiscalização, controle e assistência técnica, a fim de que se cumpra o que determina esta lei", diz a nova redação do artigo 5º da lei nº 2.019, de 8 de junho de 2004, dada pela lei 2.086, de 28 de dezembro de 2004.

A realização de audiência pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente para discutir a instalação da mina já foi adiada duas vezes. A primeira, segundo Godinho, por problemas burocráticos. A segunda, marcada para o dia 23 de setembro do ano passado, foi cancelada por acordo suprapartidário, informou o deputado. "Tal acordo teve por base a informação de que a Fatma iria promover uma audiência pública, cumprindo instrução da ação civil pública movida junto ao Ministério Público Federal, sobre o mesmo tema", justificou.

ONGs querem fundo específico

Durante a discussão o deputado Sérgio Godinho se comprometeu a sugerir à Comissão de TMA a criação de um Fundo de Amparo às ONGs. "Para que esse fundo possa, através de editais, ser disponibilizado às ONGs para financiar seus projetos", justificou o presidente do Instituto Baleia Franca, Eduardo Peixoto. O assunto, adiantou Godinho, será discutido no âmbito da Comissão que decidirá o encaminhamento a ser dado.

O presidente do grupo Pau Campeche, João de Deus Meireiros, pediu que a Assembléia Legislativa tome conhecimento e questione a ADIN nº 3646 que tramita no Supremo Tribunal Federal. A ação foi ajuizada pelo governo do Estado e questiona dispositi-

vo da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e os decretos que criaram os Parques Nacionais da Serra do Itajaí das Araucárias e a Estação Ecológica da Mata Preta. "Que os deputados tomem conhecimento e intercedam para que o governo tire essa ação do STF", reivindicou.

Presentes à audiência Sebastião Rosa, vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina, Tadeu Santos, da ONG Sócios da Natureza, de Araranguá, Ana Echevengo, da ONG Ambiental Acquabios, de Florianópolis, e representante da Associação Catarinense de Preservação da Natureza, de Blumenau, Lumaã Bacca.